

Contas públicas Cenário desfavorável fará com que a redução do endividamento fique para o próximo ano

Nova meta fiscal deve assegurar relação dívida/PIB

Claudia Safatle
e **Ribamar Oliveira**
De Brasília

A meta de superávit primário de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB), anunciada pelo ministro da Fazenda, Antônio Palocci, é suficiente para estabilizar a relação dívida líquida do setor público/PIB na casa dos 56%, conforme registrado no final do ano passado, num ano que promete ser mais complicado por causa dos elevados índices de inflação, pelas altas taxas de juros e da possibilidade de uma guerra cujo impacto é de difícil mensuração. A redução da dívida como proporção do PIB deve ficar para 2004.

O superávit equivale a uma poupança de R\$ 67,6 bilhões (para um PIB estimado em R\$ 1,59 trilhão), que o setor público consolidado fará este ano para honrar os encargos da dívida. E nas contas feitas pela área econômica, o governo não fez qualquer previsão de arrecadação extraordinária, ao contrário de uma receita extra de R\$ 14,8 bilhões apuradas pelo fisco no ano passado. Isso torna o esforço fiscal de 0,34% do PIB adicional ao realizado em 2002, de 3,91% do PIB, uma tarefa mais penosa.

De qualquer forma, alguma receita extraordinária haverá, e poderá ser usada para diminuir a restrição ao gasto público. Mas, para o secretário-executivo do ministério da Fazenda, Bernard Appy, ao não apostar em arrecadação extra, o governo do PT está também fazendo uma política fiscal "de melhor qualidade".

Hoje o ministro do Planejamento, Guido Mantega, anuncia em reunião ministerial qual o corte que o governo federal terá que fazer no orçamento para cumprir a nova meta. O corte deverá ser superior a R\$ 10 bilhões nos gastos de custeio e investimentos dos ministérios. Mas nem todo o esforço adicional será cobrado apenas do governo central. O ministério da Fazenda considera que os estados e municípios poderão produzir um superávit um pouco maior do que os 0,95% do PIB previstos originalmente, até porque calcula que a receita do ICMS neste ano aumentará mais do que os 2,8% estimados o crescimento real do PIB. A escalada dos preços inter-

nacionais do petróleo e a política atual da Petrobrás, de repasse desses preços para o mercado interno, também permitirá uma contribuição mais generosa das empresas estatais no esforço fiscal adicional. Mesmo que o repasse dos preços do petróleo não seja integral, caso ocorra a guerra entre os Estados Unidos e o Iraque, a parcela de ajuda da Petrobrás poderá fazer com que o conjunto das estatais participe com um superávit ligeiramente superior aos 0,55% do PIB estimados anteriormente.

Ao anunciar a nova meta fiscal, que pautará as negociações com a missão do Fundo Monetário Internacional que chega ao país na quarta-feira, Palocci ressaltou que ela representa o cumprimento do compromisso assumido pelo então candidato à presidência Luíz Inácio Lula da Silva, em carta aberta ao povo brasileiro, em junho de 2002, quando assegurou que, se eleito, seu governo faria o superávit necessário para dar sustentabilidade à dívida pública líquida como proporção do PIB.

O ministro da Fazenda enfatizou, tanto na entrevista que concedeu quanto em nota oficial, que esse não é um compromisso que se esgota neste ano. "Este compromisso vale para agora e para o futuro". Palocci adiantou que provavelmente ainda nesta semana o governo divulgará um documento "consolidado e detalhado sobre o curso da política macro-econômica e como podemos fazer distribuição da renda", além de mudanças microeconômicas que deverão melhorar o acesso ao crédito e "simplificações nas regras do mundo dos negócios e do trabalho".

Joaquim Levy, secretário do Tesouro Nacional, explicou que esse documento "vai ter efeito econômico e efeito social". As ações que o texto listará vão, também, "permitir redirecionar os gastos sociais para os verdadeiramente pobres".

Segundo ele, "há uma ansiedade enorme de mudar, de diminuir a desigualdade de renda e temos que dar esses instrumentos. O real instrumento não é sair fazendo políticas sem ver o impacto, é medir, quantificar, não jogar recursos fora". Isso envolve desde uma mudança substantiva na forma de fazer política social como empenho

nas reformas não só da previdência social e tributária, mas também as microeconômicas. "Não estamos aqui para fazer reformas fáceis e mágicas. O desafio é grande mas é o desafio da mudança", observou Levy.

A pretensão do governo é de que a política fiscal seja apenas uma parte de um "trabalho maior" que o documento irá sinalizar. Para o secretário do Tesouro "não adianta só ficar correndo atrás de um superávit maior. Temos que aproveitar o ambiente favorável para dar uma sacudida na economia. O país precisa crescer. Para crescer precisa da mudança. Para crescer precisa das reformas".

No texto preparado pelo ministério da Fazenda, Palocci quantifica a importância da reforma da previdência do setor público de forma clara: o déficit agregado da previdência do funcionalismo público nos três níveis de governo corresponde a R\$ 50 bilhões. Quase do mesmo tamanho do superávit primário alcançado pelo governo no ano passado. "É diante dessa evidência que o governo decidiu concentrar seus esforços desde o começo em garantir mudanças nesta área, sem prejuízo da segurança do aposentado do setor público". Dito de outra forma: o déficit é criado por 1 milhão de pessoas funcionários, o superávit primário é pago por 160 milhões de pessoas, comparou Levy.

O ministro da Fazenda salientou que a política fiscal vigorosa é um ponto de apoio fundamental para a política monetária, para garantir que as medidas monetárias - sobretudo a taxa de juros - fujam dos extremos: ou ser leniente com a inflação ou praticar juros muito altos.

Palocci anunciou também que um representante do Citigroup havia lhe telefonado na tarde de sexta-feira para informar a decisão do grupo de restabelecer já nesta semana todas as linhas de crédito reduzidas no ano passado. Além de recompor o estoque de linhas do banco no país, a direção do conglomerado financeiro havia decidido aumentá-las em mais US\$ 200 milhões. "Esta foi uma decisão de suma importância para nós que se soma à percepção que tivemos tanto na viagem à Alemanha quanto à França", comentou o ministro.